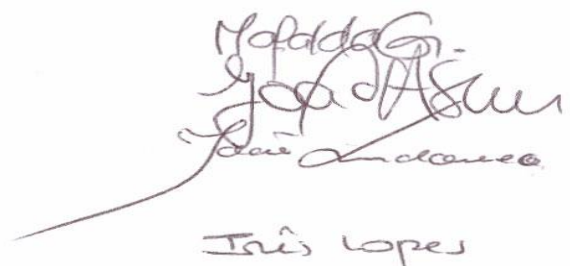


RECOMENDAÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprovada na Sessão Plenária de 31 de Maio de 2011

Os Deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Eliminação das aulas de 45 minutos, passando as aulas teóricas a durar 60 minutos e as práticas 90 ou 120 minutos, consoante os conteúdos e a disciplina, de forma a obter a máxima concentração e empenho, assim como o máximo rendimento escolar por parte dos alunos.
2. Criação de um ano zero, com gabinetes de apoio ao aluno que tenha perfil de desistência, com a execução de estágios e disciplinas específicas do curso a que se quer candidatar. Assim, pretendemos orientar os alunos contra o abandono escolar, visando o melhor aproveitamento das suas capacidades, criando um programa de estágios à semelhança do programa Erasmus, nas comunidades europeias.
3. Promoção da meritocracia, não só em relação aos alunos subsidiados como também aos restantes (com média superior a 17 valores, por exemplo) fornecendo um apoio à compra de livros escolares e bolsa de estudo a alunos que obtenham notas dignas de mérito.
4. Supressão das propinas fixas actualmente em vigor no ensino superior e a sua substituição por propinas progressivas, atendendo-se ao rendimento do agregado familiar do aluno e para a existência de uma fiscalização acrescida.
5. Reformulação da estrutura curricular dos cursos do Ensino Secundário, científicos e tecnológicos, apostando numa vertente mais prática que privilegie o “saber fazer” através do estabelecimento de parcerias entre a Escola e as empresas, da reestruturação dos programas curriculares e da possibilidade de escolha de algumas disciplinas de opção por parte dos alunos.


Inês Lopes

SESSÃO NACIONAL, 30 E 31 DE MAIO DE 2011

QUE FUTURO PARA A EDUCAÇÃO?

6. Proporcionar aos alunos experiências profissionais, não só nos cursos profissionais, mas também nos Científico-Humanísticos, através de estágios anuais extracurriculares e facultativos.
7. Credibilização do ensino profissional para que contribua para uma formação profissional de sustentada qualidade e uma adequada integração no mundo do trabalho, através da criação de um exame nacional prático nas disciplinas de componente técnica.
8. Introdução do universo cultural na educação através da divulgação de uma ampla oferta de actividades – tais como dança, canto, pintura, teatro, fotografia e artesanato –, aumentando assim a sensibilidade e expressão cultural dos alunos e desenvolvendo outras competências sociais e cívicas, como o espírito de iniciativa, essenciais à realização pessoal, à cidadania activa, à inclusão social e à empregabilidade na sociedade do conhecimento.
9. Implementação, no Ensino Secundário, de testes intermédios às disciplinas específicas dos diversos cursos (Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades, Artes Visuais, Ciências e Tecnologias) e não apenas às disciplinas de Matemática A, Física e Química A e Biologia e Geologia.
10. Elaboração de estudos de mercado de empregabilidade que permitam adequar as vagas do ensino superior à oferta do mercado de trabalho e a tomada consciente de opções, por parte dos alunos, na transição do 3º ciclo do ensino básico para o secundário e no ingresso no ensino superior.

Presidente: Mafalda Galhofo

Mafalda Isabel Maria do Monte Ribeiro Galhofo

Vice-Presidente: João Abreu

João Abreu

1º Secretário: João Ludovico

João Filipe Teixeira Ludovico

2ª Secretário: Inês Lopes

Inês Henriques Lopes